

REVISTA NACIONAL DE SAÚDE

EDIÇÃO 13 · ANO 03



16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
**DEMOCRACIA E
SAÚDE**

Brasília - DF, 4 a 7 de agosto de 2019



O BRASIL EM DEFESA DO SUS

Mais de 5 mil pessoas de diversas partes do país se reuniram, em Brasília, para a 16ª Conferência Nacional de Saúde, o maior evento de participação social do país.

Ministro da Saúde se compromete com demandas do evento

Deliberações do povo vão subsidiar ações para o SUS

6ª CNSI

Delegados indígenas cobram efetivação de políticas de saúde específicas

Contra a EC 25/2016

"A emenda precisa ser declarada inconstitucional", diz procuradora Éliida Graziane

Expediente

Presidente do Conselho Nacional de Saúde: Fernando Pigatto

Secretária Executiva: Ana Carolina Dantas

Mesa diretora: André Luiz, Elaine Junger Pelaez, Fernando Pigatto, Jurandir Frutuoso, Moysés Toniollo, Neilton Araújo, Priscilla Viegas e Vanja dos Santos

Assessoria de Comunicação CNS

Jornalista responsável:

Laura Fernandes - Registro Profissional 4583/1455/ DF

Edição: Danilo Castro, Andréia Marques e Jau Soares

Textos:

Danilo Castro, Viviane Claudino, Bia Libonati, Bruno C. Dias, Cristina Avila, Ênio Lourenço, Fernanda Guedes, Lidia Maia, Marcos Paulo Lima, Mirineia Nascimento, Nanda Duarte e Priscila Torres

Estagiária: Julia Trindade

Fotos:

Willian Barreto, Lucas dos Anjos, Artur Custódio, Sílvia Leite, Luiz Parahyba e Quemuel Abner

Diagramação: João Pedro de Freitas e Renato Rojas



Conselho Nacional de Saúde - "Efetivando o Controle Social".
Esplanada dos Ministérios, Bloco "G" - Edifício Anexo, Ala B, 1º andar - Sala 103B - 70058-900 - Brasília, DF

Editorial

Quatro dias de evento. Mais de cinco mil participantes, sendo 3.026 delegados(as), 871 convidados(as), 22 participantes de conferências livres, 1.020 participantes de atividades autogestionadas, 115 integrantes do apoio, 107 profissionais de imprensa, 45 membros da organização, 103 pesquisadores, 79 integrantes da relatoria e 69 acompanhantes. Além de um milhão de pessoas envolvidas em etapas preparatórias em todo o país. Estes são apenas alguns dos números que resumem a nossa tão sonhada e esperada 16ª Conferência Nacional de Saúde, a oitava mais oito, que aconteceu entre os dias 4 e 7 de agosto, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, na capital federal.

Feita por pessoas e para pessoas que acreditam no Sistema Único de Saúde (SUS) e que o defendem, a 16ª é o maior evento de participação social do país, afinal de contas, o SUS é um patrimônio construído por muitas mãos. Neste ano, fizemos um resgate à 8ª Conferência, realizada em 1986, responsável pela criação do SUS, na Constituição de 1988. Debateremos a Democracia

e Saúde, trabalhando três eixos: Saúde como Direito, Consolidação do SUS e Financiamento Adequado do SUS.

Foram mais de 4600 conferências preparatórias, em todos os estados brasileiros, que resultaram em 331 propostas e 31 diretrizes debatidas na etapa nacional. Esse material foi consolidado pela Comissão de Relatoria e discutido, avaliado e alterado em 45 grupos de trabalho durante a conferência, resultando em um Relatório Final com 31 diretrizes e 329 propostas aprovadas, que será apresentado, ainda este ano, após o trabalho de compilação das propostas feito pela Comissão de Relatoria. Mais informações serão divulgadas em breve em nossos canais oficiais.

Escrevemos mais um capítulo na história do SUS, mas não paramos por aí! Seguiremos lutando pela nossa saúde pública e contra o seu processo de desfinanciamento, agravado pela fatídica Emenda Constitucional 95/2016. É nossa missão manter e assegurar o sistema de seguridade social no nosso país.

Os 30 anos do SUS são uma vitória para a sociedade brasileira. Mesmo nas diferenças, conseguiremos avançar! Espero que gostem desta edição histórica que preparamos para vocês. Relembrem os momentos celebrados na 16ª Conferência, a união plantada, os debates vivenciados e os aprendizados. Recebam o nosso muito obrigado pela participação de todos e todas e até a próxima!



Fernando Pigatto
Presidente do CNS

Su má rio

- 06** **Ministro da Saúde se compromete com demandas do evento**
Deliberações do povo vão subsidiar ações para o SUS
- 08** **16ª Conferência escreve mais um capítulo da história do SUS**
Relatório final vai nortear ações do MS para o SUS
- 10** **Ato em Defesa do SUS**
Ato reuniu 5 mil pessoas contra o desmonte das políticas sociais
- 12** **SUS, Saúde e democracia: desafios para o Brasil**
Seis ex-ministros lançam manifesto contra desfinanciamento do SUS
- 16** **6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena**
Delegações indígenas cobram efetivação de políticas de saúde específicas
- 18** **Espaço SUS EmCena**
Tenda Paulo Freire despertou a importância dos eixos de Educação Popular e Cultura

- 20** Espaço Neide Rodrigues
CNS homenageia ex-secretária executiva durante 16ª Conferência Nacional de Saúde
- 22** CNS contra a Reforma da Previdência
Ato em defesa do SUS marcou repúdio à votação do 2º turno da PEC 06/19 na Câmara dos Deputados
- 24** Resgate de princípios do SUS
Convidados debatem a importância dos princípios para a consolidação do Sistema Único de Saúde
- 26** “A EC 95/2016 precisa ser declarada inconstitucional”
Procuradora Élide Graziane defende inconstitucionalidade da Emenda
- 28** Bastidores da 16ª Conferência
As pessoas e os números por trás do maior evento de participação social do Brasil
- 32** Movimentos LGBTI+ na 16ª
Representantes unificam posicionamentos e reafirmam a defesa do SUS
- 32** Frente nacional reafirma luta contra privatização da saúde

Ministro da Saúde se compromete com demandas do evento

Abertura do evento foi marcada por palavras de ordem em defesa do SUS

“Direito garantido não se compra e não se vende!”, entoaram em coro as vozes que compõem o maior evento de participação social do Brasil, a 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), que teve sua abertura realizada no dia 4 de agosto, com a participação de cinco mil pessoas, na capital federal. Mulheres e homens, representando a diversidade da população brasileira, de todos os estados do país, estiveram juntos para deliberarem a melhoria das políticas públicas desenvolvidas no Sistema Único de Saúde (SUS). Na ocasião, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, garantiu que as demandas serão atendidas.

Antes da etapa nacional, três mil conferências ocorreram em milhares de municípios. Os delegados e delegadas eleitos democraticamente nesse amplo processo participativo discutiram 329 propostas,

que serviram como subsídio para a construção do relatório final do evento. O documento deve nortear a atuação do Ministério da Saúde (MS) pelos próximos anos por meio do Plano Nacional de Saúde e do Plano Plurianual de Saúde 2020-2023.

O presidente do CNS, Fernando Pigatto afirmou que o SUS é um patrimônio construído por muitas mãos. “Os 30 anos do SUS são uma vitória para a sociedade brasileira. Mesmo nas diferenças, conseguiremos avançar. A 8ª Conferência trouxe a Reforma Sanitária e marcos legais que garantiram o SUS e a participação social. É nossa missão manter o SUS. Precisamos resgatar o sistema de seguridade social no nosso país”, disse em referência às mudanças constitucionais que vêm trazendo agravos à saúde o povo brasileiro. Pouco antes de subir ao palco, em

entrevista ao CNS, o ministro garantiu que levará em consideração as demandas que vão compor o relatório final do evento. “Claro. Vamos receber todas as demandas, classificá-las, aproveitá-las, debater as que estão ligadas com a política pública. Com certeza, dialogar é minha marca. Minha vida inteira foi assim”, afirmou.

Em meio às palavras de ordem que defendiam a saúde como direito, Mandetta iniciou seu discurso defendendo a liberdade e a democracia. Na ocasião, ele destacou a atenção básica em saúde para as regiões que mais necessitam, principal pauta que tem trazido ao governo desde que assumiu a pasta. “É preciso fazer com que nossa Atenção Primária possa levar para o Nordeste e para o Norte os maiores investimentos em saúde no nosso país”.



SUS como referência Internacional

Socorro Gross Galiano, representante da Organização Pan-Americana no Brasil (Opas), lembrou a participação social como um dos momentos mais relevantes da democracia. “É uma honra para a Opas estar ao lado de vocês. A Conferência é um dos momentos mais importantes da participação social no país. O SUS representa uma grande conquista democrática para as Américas. Os valores e princípios do SUS estão ligados ao que representa a democracia”, disse.

A deputada federal Carmen Zanotto, presidenta da Frente Parlamentar Mista da Saúde, afirmou que é necessário comprometimento de governos estaduais, municipais e federal. “Temos o dever de querer um SUS cada vez mais forte. Como parlamentar, precisamos garantir os recursos do SUS. Se não brigarmos por isso, não vamos conseguir atender as demandas do dia a dia do nosso SUS”.

Ex-presidente do CNS se manifesta contra as reformas na seguridade social

Ronald do Santos, ex-presidente do CNS e coordenador-adjunto da 16ª Conferência, afirmou que “todo poder emana do povo”. Segundo ele, “o que discutimos é o nosso processo civilizatório. Precisamos colocar a igualdade e a liberdade no centro das atenções. Os gestores precisam entender o tamanho da responsabilidade da conferência. Não vamos aceitar o desmonte das políticas públicas, vamos alimentar nossos corações com solidariedade, amor e nossas capacidades de luta”.



16ª CONFERÊNCIA
DEMOCRACIA
SAÚDE
Brasília - DF, 4



16ª Conferência escreve mais um capítulo da história do SUS



Tomados pela emoção, os cinco mil participantes da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), realizada na capital federal, escreveram mais um capítulo da história da saúde pública brasileira. O relatório final do evento, consolidado de 4 a 7 de agosto, após amplas discussões que percorreram o Brasil em mais de três mil conferências preparatórias, vai nortear as ações do Ministério da Saúde (MS) para o Sistema Único de Saúde (SUS) pelos próximos anos. A realização do maior evento participativo do país é garantida pela Constituição de 1988. “Nós somos a favor da luta nas suas diferenças e a contribuição de cada segmento da saúde foi fundamental nesse processo. Estamos construindo coletivamente a garantia do SUS como nós sonhamos”, disse Fernan-

do Pigatto, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão responsável pela organização da 16ª Conferência. O relatório final é composto por 31 diretrizes e 329 propostas oriundas de todos os estados brasileiros. Além disso, foram aprovadas 56 moções que marcam o posicionamento do evento em relação a diversos temas ligados à saúde. Entre eles, garantia de direitos, medicamentos, assistências integrais, financiamento adequado e fortalecimento do SUS. “As moções buscam tornar o SUS mais forte e reiteram a garantia dos direitos constitucionais”, afirma a coordenadora da Comissão de Relatoria da 16ª Conferência, Francisca Rêgo. O Plano Plurianual 2018-2020 e o Plano Nacional de Saúde são os principais documentos do MS que dão base para o desenvolvimento

de uma série de políticas públicas da área. Pouco antes de subir ao palco no dia da abertura do evento, em entrevista ao CNS, o ministro garantiu que levará em consideração as demandas que vão compor o relatório final do evento. “Claro. Vamos receber todas as demandas, classificá-las, aproveitá-las, debater as que estão ligadas com a política pública. Com certeza, dialogar é minha marca. Minha vida inteira foi assim”, afirmou. O relatório final da 16ª Conferência será divulgado ainda este ano, após o trabalho de compilação das propostas feito pela Comissão de Relatoria. A 16ª Conferência trouxe o tema Democracia e Saúde, trabalhando três eixos: Saúde como Direito, Consolidação e Financiamento Adequado do SUS.

Ato em defesa do SUS

reúne 5 mil pessoas contra desmonte das políticas sociais

Na ocasião, seis ex-ministros da Saúde lançaram um manifesto, motivados especialmente pela Emenda Constitucional 95/2016

Depois de longas horas de debates, os participantes da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8) realizaram o ato em defesa do SUS, na praça do Museu da República, em Brasília. Cerca de cinco mil manifestantes participaram do evento no dia 5 de agosto. Parlamentares, representantes de categorias e movimentos sociais criticavam o desmonte das políticas sociais no Brasil.

Na ocasião, seis ex-ministros da Saúde lançaram um manifesto, motivados especialmente pela Emenda Constitucional 95/2016, que congelou investimentos em Saúde e Educação por 20 anos. O documento também destaca questões como segurança no trabalho, morbimortalidade por mudanças na legislação de trânsito, ataques ao Estatuto da Criança e Adolescente, ataques à educação pública, ameaças à ciência nacional e liberação sem critérios ao uso de agrotóxicos, dentre outros. Foi assinado por Humberto Costa, José Saraiva Felipe, José Agenor Alvarez da Silva, José Gomes Temporão, Alexandre

Padilha e Arthur Chioro.

Fernando Pigatto, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e coordenador da 16ª Conferência, defendeu a importância dos conselhos e da participação social para a efetivação da democracia, ressaltando a relevância da presença dos ex-ministros na luta pelo SUS. “Essa carta é um potente instrumento de luta para enfrentarmos o que teremos pela frente. É importante termos a sustentação dos ex-ministros, que garantiram a construção de uma política de Estado no Brasil, que é o SUS”, disse.

“O CNS está na rua, na luta pela saúde!”, exclamou Vanja dos Santos, conselheira nacional de saúde representante da União Brasileira de Mulheres (UBM). Durante o Ato Unificado Saúde, Democracia e Direitos Sociais, organizado pelo CNS, ela explicou que o objetivo da 16ª Conferência é garantir a defesa e o aprimoramento da maior política pública do mundo a partir da participação social.

O ato representou todas as regiões do país, com suas diversidades,



já que a 16ª Conferência é o resultado de mais de três mil etapas preparatórias espalhadas por todos os municípios do país. Além disso, o protesto contra retrocessos expressou pautas de diferentes organizações sociais, como sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos, confederações e os segmentos que fazem parte dos trabalhadores(as), usuários(as) e gestores(as) da saúde. O local onde ocorreu a manifestação passa diariamente por intenso fluxo de veículos. Transitam mais de 700 mil pessoas pela região todos os dias.

A deputada federal Jandira Feghali refletiu. “Somos tudo o que eles não gostam: diversos em religiões, orientações sexuais, um povo bonito, com música, poesia e alegria, guerreiras e guerreiros”. Ela

acentuou a necessidade de pressão para a manutenção das características do SUS. “A rua é nosso território de luta, e não podemos perder a capacidade de indignação”.

O deputado federal Paulo Pimenta também se manifestou. “Lutamos diariamente pela democracia”. Deputados distritais, que representam o Legislativo no Distrito Federal e em diversos estados, como Bahia, Minas Gerais, Paraíba, e de Câmaras Municipais também fizeram falas contundentes. O governador do Maranhão, Flavio Dino mandou uma mensagem em áudio para ser ouvida pelos participantes, falando sobre a importância da democracia para a saúde brasileira.

“A saúde é um direito que defende todas as formas de vida”, acredita Jéssica Farias, jovem arte-

-educadora do Ceará. E, por acreditar nisso, ela foi uma das centenas de jovens que se uniram ao ato ampliado em defesa do SUS. A necessidade de renovação dos movimentos sociais, a preocupação com o futuro dos direitos sociais no país e a defesa da democracia foram outras razões para estar na rua citadas por estudantes e recém-formados(as) que empunhavam cartazes e faixas no ato.

As estudantes de enfermagem Paula, Beatriz, Viviane e Isabela consideram que a EC 95/2016 agrava um processo de desmonte do SUS, cujas consequências elas percebem no dia a dia da assistência em Brasília. Atenderam ao chamado para a manifestação com a esperança de que a mobilização social possa transformar esse cenário.



Seis ex-ministros da Saúde lançam manifesto contra desfinanciamento do SUS

No dia 5 de agosto, seis ex-ministros da Saúde lançaram manifesto em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), que vem passando por um amplo processo de desfinanciamento devido à Emenda Constitucional 95/2016, que congelou investimentos em saúde por duas décadas. O manifesto veio a público durante o Ato Unificado Saúde, Democracia e Direitos Sociais, organizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), durante a 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), em Brasília. Subscrevem-no os ex-ministros Humberto Costa, José Saraiva Felipe, José Agenor Alvarez da Silva, José Gomes Temporão, Alexandre Padilha e Arthur Chioro. A seguir, o texto na íntegra.

SUS, SAÚDE E DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA O BRASIL

Brasília 5 de agosto de 2019; ano da 16ª
Conferência Nacional de Saúde

Nas três últimas décadas foram desenvolvidos imensos esforços para organizar e colocar em funcionamento o Sistema Único de Saúde, a partir dos princípios constitucionais que o conformam: universalidade, equidade e integralidade.

O SUS pressupõe um projeto de sociedade que se expressa em valores civilizatórios, como igualdade, justiça social e democracia.

Nesse contexto, a saúde é um valor que envolve cuidado, sustentabilidade e produção de saúde para a cidadania, articulando cuidados individuais e coletivos ao desenvolvimento econômico e aos direitos humanos.

O SUS, que é uma política de Estado e não de governo, é resultante de uma construção da sociedade brasileira e vem resistindo tenazmente a severos ataques de ordem política e econômica ao longo de sua existência. A saúde como valor solidário, direito de cidadania e dever do Estado, contudo, nunca esteve tão ameaçada como agora.

São expressivos e, objeto de reconhecimento internacional, os avanços na atenção primária consubstanciada na Estratégia de Saúde da Família (ESF), na Política Nacional de Imunização (PNI), na redução expressiva da mortalidade infantil, na Vigilância Epidemiológica e Sanitária, na polí-

tica de Assistência Farmacêutica, de transplantes de órgãos, no Samu, na política de Aids/Hepatites, na Reforma Psiquiátrica, no combate ao uso de tabaco, na política do sangue, entre outras políticas públicas exitosas.

O campo da pesquisa e da inovação se fortaleceu, assim como a implantação de uma política industrial voltada para a produção nacional de tecnologias estratégicas para o país, a política de fortalecimento do Complexo Produtivo da Saúde, mediante parcerias entre laboratórios públicos e empresas privadas.

Todo esse processo permitiu que o país construísse uma ampla rede de atenção à saúde que hoje atende às necessidades da maior parte da população brasileira, com importante impacto no aumento da expectativa e na melhoria das condições de vida e na redução de iniquidades e desigualdades.

A magnitude e a relevância dessas realizações sem dúvida teriam sido mais expressivas, de maior alcance e de resultados mais profundos, não fossem os impasses estruturais, que impuseram ao longo dessa trajetória, fortes limites organizacionais e financeiros que impediram a plena realização de seus fundamentos.

Isso se expressa com clareza quando se analisa a estrutura do financiamento

da saúde. Investimos cerca de 9% do PIB em saúde, mas desse valor apenas 46% corresponde ao gasto público, ou seja, a maior parte das despesas em saúde onera o orçamento das famílias e empresas.

Nenhum sistema universal tem investimentos públicos tão baixos como o nosso, e quando se acresce a isso uma renúncia fiscal e tributária expressiva a cada ano, o quadro de subfinanciamento se agrava.

É nesse contexto que incide a EC 95 que, ao colocar a austeridade como princípio constitucional, congela os gastos por 20 anos e subjugua as necessidades de saúde da população às metas fiscais, impondo ao SUS o status de sistema desfinanciado, colocando em risco até a sua sobrevivência.

Essa política de aprofundamento de cortes dos gastos sociais, em um contexto de negação de direitos e de desvalorização das políticas universais, intensifica retrocessos e ameaça descaracterizar o SUS.

A fragilização do SUS se soma ao ataque a várias políticas públicas fundamentais no processo saúde-doença e no conceito ampliado de saúde que envolve a natureza simultaneamente biológica, subjetiva e social dos problemas de saúde.

Essa base constitutiva das políticas de saúde está sendo desconstruída por mudanças em políticas de grande impacto na saúde, sem que o Ministério da Saúde e o parlamento sejam ouvidos, entre as quais podem ser destacadas:

- os retrocessos nas normas de segurança nos ambientes de trabalho e legislação referente a acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- propostas referentes à legislação do trânsito que impactam na morbimortalidade por acidentes envolvendo veículos automotores (velocidade nas estradas, normas e regras para condução, “cadeirinha das crianças”,

- número de pontos para ter a carteira cassada);
- os ataques ao Estatuto da Criança e do Adolescente;
- as restrições ao amplo acesso à educação e informação e a fragilização das políticas voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos;
- as reiteradas ameaças ao estatuto do desarmamento;
- o aumento dos benefícios fiscais para a indústria de refrigerantes, indo na contramão do que se faz em todo o mundo;
- o ataque à educação pública e a ameaça à ciência nacional com o drástico contingenciamento do orçamento setorial;
- a liberação sem critério de agrotóxicos e pesticidas e as ameaças à saúde, ao meio ambiente e à sustentabilidade;
- a nova política de drogas, que possibilita a internação involuntária de usuários, prioriza as comunidades terapêuticas e a abstinência como objetivo do tratamento da dependência, ao invés das políticas voltadas ao tratamento de saúde de usuários, focadas na redução de danos;
- a proposta do Ministério da Justiça para redução do preço do cigarro que fragilizará a exitosa política de prevenção e controle do tabaco.

Da mesma forma é preciso atenção redobrada para os riscos da fragilização da regulação do setor privado na saúde.

As constantes iniciativas do mercado com a intenção de flexibilização de regras de cobertura, da introdução de planos po-

pulares e de reajustes dos planos de saúde, devem ser combatidas.

A visão hegemônica no governo e no parlamento, assentada sobre uma falácia, é a de que a saúde, ao invés de investimento, é gasto e que a gestão em moldes empresariais, mesmo em um contexto de redução dos gastos, permitirá fazer mais com menos, ainda que isso comprometa a qualidade de vida e ameace a segurança dos cidadãos e famílias.

Daí também decorre a visão largamente disseminada – e da qual divergimos frontalmente – de que o SUS não pode ser universal, pois “não cabe no orçamento” e deve se destinar apenas a prover cuidados mais simples aos mais pobres.

Essa visão equivocada desconhece, para além dos benefícios diretos do SUS sobre a saúde da população, que as atividades relacionadas ao setor saúde – serviços, medicamentos, vacinas e equipamentos -, respondem por cerca de 8,5% do PIB e incorporam setores estratégicos de inovação – tecnologia de informação, biotecnologia, microeletrônica, química fina, nanotecnologia, entre outros – com ampla repercussão em todos os setores da economia, e responderam por 10% dos postos formais de trabalho qualificado, empregando em torno de 9,5 milhões de brasileiros em 2015.

A disseminação da imagem de um SUS precário, refém de trocas político-partidárias, atendendo a interesses privados e insustentável com recursos públicos, apaga da percepção pública os importantes avanços obtidos e fragiliza sua sustentação social.

O SUS precisa e pode ser aperfeiçoado, pois é um patrimônio da nação brasileira e uma política social a ser preservada e valorizada como bem comum de valor inestimável, como ocorre em outros países com sistemas universais de saúde, a exemplo do Inglaterra, Canadá e Portugal entre outros.

Assim, a reafirmação de um sistema pú-

blico e universal no campo da saúde fundamenta-se, em primeiro lugar, em princípios civilizatórios e de justiça, mas também em evidências sobre as vantagens dos sistemas públicos universais em termos de custo-efetividade nas comparações com outros modelos, baseados no setor privado, planos e seguros de saúde.

É preciso, mais do que nunca, fortalecer e ampliar a participação social na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas de saúde em todas as esferas de governo.

Respeitar e implementar as decisões das conferências e dos conselhos de saúde, aprimorando e garantindo a democratização do Estado e a participação cidadã é fundamental para os destinos do SUS e do país.

O SUS é uma conquista do povo brasileiro. Sua consolidação e aperfeiçoamento são eixos fundamentais para a sobrevivência do Estado de Direito Democrático e na afirmação de políticas públicas de inclusão social.

Por ser a expressão real desses valores, a defesa de uma saúde pública moderna, de qualidade e respeitada pela sociedade deve ser baseada em uma ética do cuidado e na sustentabilidade política, econômica e tecnológica do SUS, o que exige a reafirmação do SUS – universal, equânime, integral e gratuito – como o sistema de saúde para todos os brasileiros e brasileiras.

Brasília, 05 de agosto de 2019.

*Humberto Costa
 José Saraiva Felipe
 José Agenor Alvarez da Silva
 José Gomes Temporão
 Alexandre Padilha
 Arthur Chioro*

Delegações indígenas cobram efetivação de políticas de saúde específicas

“

Eu fico desesperada. A mortalidade infantil Xavante (MT) continua grave há anos.”

Adriana Fernandes Carajá
Enfermeira

A luta contra mudanças, sem diálogo, na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Pnaspi) foi um dos principais pontos da pauta das organizações indígenas presentes na 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), que ocorreu de 4 a 7 de agosto, em Brasília. Para eles, o racismo, a expulsão dos territórios tradicionais e a ausência de políticas específicas também provocam doenças e mortes.

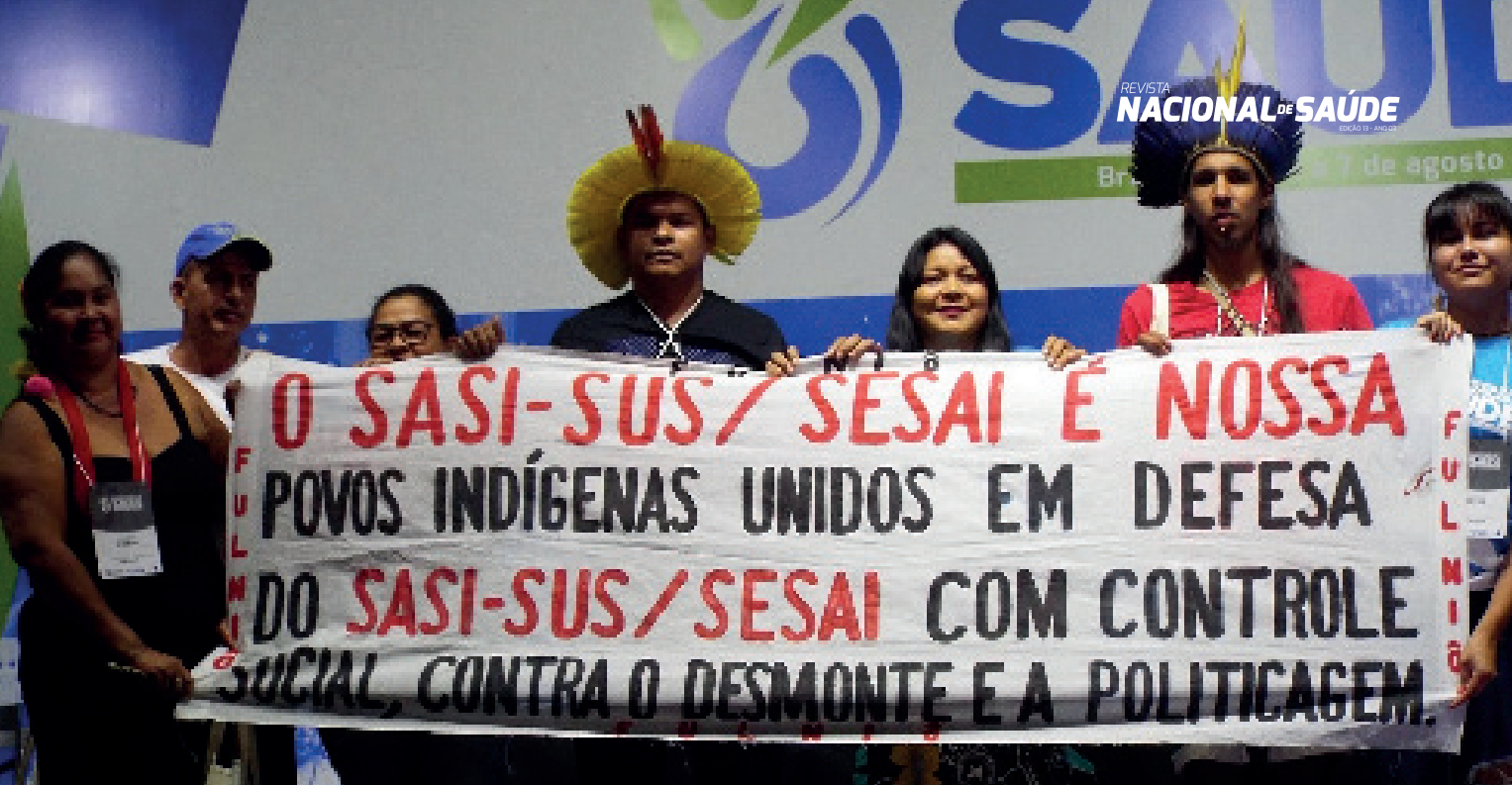
“Eu fico desesperada. A mortalidade infantil Xavante (MT) continua grave há anos. Nas aldeias Maxakali (MG) crianças são vítimas de surtos de diarreia. Há desnutrição crônica em todo o Brasil. Quando vão parir em hospitais, as mulheres sofrem violência obstétrica. A impressão que tenho é que em lugar nenhum há espaço para índios. A situação está nas aldeias, mas ninguém fica sabendo”, lamenta a enfermeira Adriana Fernandes Carajá, do povo Pataxó Hã Hã Hãe (BA). Adriana cita o Relatório de Violência, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), cuja edição mais recente (2018) registra 702 óbitos de crianças indígenas de zero e cinco anos, em 2017, no Brasil. Essa é uma estimativa da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que repassa dados ao Cimi com base no direito constitucional de acesso às informações públicas (Lei nº 12.527/2012), a partir dos atendimentos realizados pela pasta. As principais causas registradas pela Sesai são diarreia, gastroenterite, desnutrição, pneumonia e

falta de socorro médico.

Adriana Fernandes Carajá recentemente terminou mestrado na área médica na Universidade Federal de Minas Gerais. Durante a 16ª Conferência, fez parte da comissão responsável pela pesquisa “Saúde e Democracia”, que trata do perfil dos participantes do encontro. Ela ressalta que os indígenas estão sendo expulsos de territórios tradicionais e acabam na periferia de cidades ou margens de estradas. “Assim, passam a recorrer a alimentos de brancos, a serem vítimas de novas doenças como diabetes e hipertensão”, cita.

A enfermeira relata ainda que muitas vezes os indígenas são rejeitados quando chegam à rede pública, com a desculpa de que devem procurar unidades da Sesai, responsável pelo Subsistema de Saúde Indígena, um braço do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela também considera que muitas vezes não há especialidade para acolhimento de pessoas com culturas diferentes.

“Temos mais de 300 etnias, e nenhum respeito a pajés, parteiras, rezadeiras. Sua presença não é permitida junto às parturientes, por exemplo. As questões culturais não são levadas em conta e isso também provoca doenças. Chegam a dizer que as indígenas podem sofrer dores, pois são índias, e a dor do parto é natural. Há racismo, sim, e elas sofrem muito mais violência obstétrica do que as mulheres brancas”, exclama.



Política Nacional

Entre as maiores preocupações das organizações indígenas, estão decisões de governo que modificam legislações em vigor. “Em todos os nossos espaços, nossas falas e lutas têm sido contra o desmonte da Pnspi”, afirma Carmem Pankararu, assessora regional do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Pernambuco e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde Indígenas. Entre o conjunto de legislações que constituem a Pnspi, ela cita a Lei Arouca, nº 9.836/1999, que criou o Subsistema de Saúde Indígena.

A Lei Arouca é considerada um marco regulatório incluído no capítulo quinto da Lei nº 8.080/1990. Esse marco legal definiu obrigações relacionadas às especificidades da cultura e o modelo a ser adotado para a proteção à saúde desses povos, não apenas referente

ao atendimento primário, mas também a questões como demarcação de terras, saneamento, nutrição, meio ambiente e participação na construção de políticas públicas.

Carmem Pankararu acrescenta que há também preocupações em relação a falta de atenção aos profissionais que atuam na saúde indígena. “O Brasil tem 34 Dsei e 14 mil trabalhadores, entre eles 52% indígenas, em que se incluem agentes de saúde e de saneamento, que atuam desde 1999 e até hoje não foram reconhecidos como categoria profissional”. Essa é uma das principais demandas das organizações indígenas, pois esses são os profissionais que mantêm o contato mais próximo com as aldeias, especialmente em lugares de difícil acesso.

6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena

A 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI) será realizada de 9 a 12 de dezembro, em Brasília. A data foi aprovada durante a reunião da Comissão Organizadora realizada no dia 25 de julho, na sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde. O local ainda não está definido.

A 6ª CNSI é promovida pela Sesai, do Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde (CNS). Entre os seus objetivos, está a atualização da Pnspi, para redefinir as diretrizes e efetivar as particularidades étnicas e culturais no modelo de atenção à saúde dos povos indígenas.

Atividades culturais em defesa do SUS



O movimento de Educação Popular e Cultura marcou presença, pela primeira vez, na programação da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), que aconteceu de 4 a 7 de agosto, em Brasília. Durante quatro dias, mais de 50 experiências de todo o Brasil aconteceram na Tenda Paulo Freire, no espaço Sus EmCena, envolvendo atividades culturais de música, dança, cinema, rodas de conversa, poesia, espiritualidade e outras atividades lúdicas com temáticas em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

“O espaço teve como proposta despertar nos delegados e convidados a importância dos eixos de Educação Popular e Cultura estarem presentes no SUS. A ideia foi sensibilizar as pessoas da conferência para que eles sejam protagonistas nos seus estados e municípios, incorporando em seus postos de saúde a educação popular e atividades culturais juntamente com o cuidado a saúde”, destacou a coordenadora da Comissão de Educação Popular e

Cultura, Sonia Maria Brito. Para ela, o espaço colocou em cena a amosidade, o diálogo, o compartilhamento do saber, o saber popular e científico, com o objetivo de fazer um SUS diferente, voltado para o cuidado e para a cultura.

Para o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto, a Tenda Paulo Freire representa o legado que o educador e filósofo Paulo Freire (1921-1997) deixou. “Ao mesmo tempo em que a gente luta com firmeza pelas ideias das nossas propostas e diretrizes aprovadas na 16ª Conferência, o espaço também foi um lugar de reflexão, acolhimento, ternura, amor, paz e felicidade. Saímos com um brilho no olhar de que a gente cumpriu a nossa tarefa nesses quatro dias”, disse.

Irmã Terezinha Barreto, da Congregação Divino Mestre do Maranhão, participou da 16ª Conferência. Para ela, a Conferência é um espaço político de defesa do SUS. Religiosa há 42 anos, ela também participou da Tenda Paulo Freire desde a primeira construção, que aconteceu no 1º Fórum Social Mundial, em 2001. “Luto pelo SUS, pelo povo, pelos menos favorecidos e por todo o nosso país. Temos que fazer uma análise de conjuntura do Brasil 500 anos até agora e dos retrocessos que estamos tendo. Continuarei participando da Tenda Paulo Freire sempre”.

Índigena da etnia Grarani de São Paulo, Mirim Ju Yan, chamou a atenção dos presentes na Tenda ao declarar que os povos indígenas não fazem guerra, na verdade existe uma guerra contra eles e a ferramenta que eles usam em defesa é a reza, a espiritualidade. “Nós viemos compartilhar a nossa reza, a nossa espiritualidade e para caminhar-

mos juntos. A cultura é unificadora, dentro dela está a educação, saúde, plantio, a relação respeitosa entre a família com a natureza e toda a vida. A cultura unifica, quando a gente aprende através da cultura a gente não aprende só a ciência do pensamento a gente aprende a ciência da vida, aprendemos tudo o que precisamos através da cultura, das nossas tradições”.

A parteira e rezadeira Josefa Maria da Guia também está presente nas atividades da Tenda. Quilombola de Sergipe, Maria parteja há mais de 50 anos e já fez mais de 5 mil partos. Para ela, desde a última conferência muita coisa mudou, inclusive com um olhar diferenciado no SUS. “Isso nos ajuda porque não temos muito conhecimento técnico e também porque muitas vezes não somos aceitas, reconhecidas como pessoas que ajudam as mulheres.

Os médicos tradicionais nem sempre querem nossa ajuda. Ao mesmo tempo, da última conferência pra cá já mudou muita coisa, alguns médicos já estão nos aceitando, nos reconhecendo. Estamos aqui para lutar e conseguir. Sou uma parteira de coragem e que quer lutar muito mais”.

“

Saímos com um brilho no olhar de que a gente cumpriu a nossa tarefa nesses quatro dias”

Fernando Pigatto
Presidente do Conselho Nacional de Saúde



A woman with dark hair, wearing a white t-shirt, is smiling and holding a large white sign. The sign has the word "SIM" in large red letters, followed by "PARA" and "SAÚDE" in black letters. The background shows a large crowd of people at night, with some lights and structures visible.

SIM
PARA
SAÚDE

Espaço Neide Rodrigues

CNS homenageia ex-secretária executiva durante 16ª Conferência Nacional de Saúde

Neide Rodrigues foi o nome escolhido para o Espaço de Cuidados destinado a acolher os(as) participantes do evento durante os quatro dias de realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), de 4 a 7 de agosto, na capital federal. A homenagem se deu ao destacado papel que ela desempenhou como secretária-executiva do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e defensora do Sistema Único de Saúde (SUS), até março do ano passado, quando morreu, aos 55 anos. Terapia comunitária integrativa, roda de conversa sobre óleos essenciais, reiki, auriculoterapia, dentre outras práticas integrativas na saúde foram realizadas no espaço.

A adolescente da periferia de Brasília se transformou em uma firme liderança política nas lutas sociais nacionais. Neide era graduada em Administração pelo Instituto de Educação e Ensino Superior de Samambaia (Iesa), com pós em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB). Assumiu a Secretaria-Exe-

cutiva do CNS em 2016. Até então, atuava na gestão técnica e política do conselho. Seu trabalho cresceu e se consolidou na condução de lutas coletivas em defesa da classe trabalhadora, com especial distinção à sua aguerrida convicção sobre a necessidade de manutenção e aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do controle social das políticas públicas.

Logo que soube de sua morte, o ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha postou em suas páginas nas redes sociais a sua solidariedade à família. “Como trabalhadora deste país, enfrentou todas as dificuldades para criar seus filhos. Braço forte da família, deixa irmãs e irmãos que terão em seu exemplo muita força e fé”. Neide trabalhou no Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde e no gabinete de Padilha.

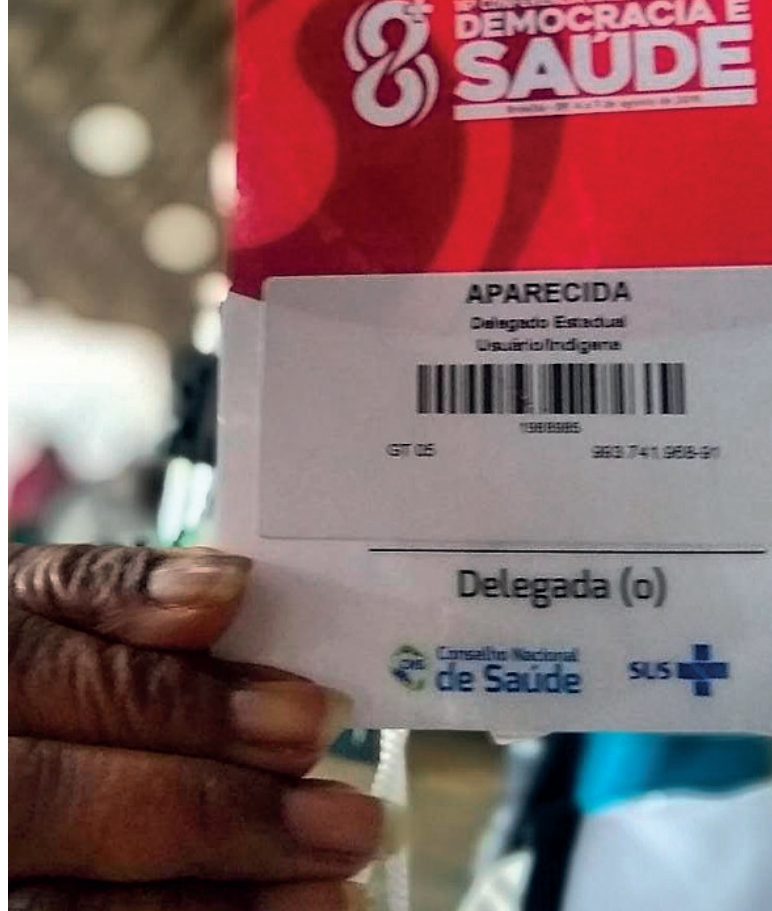
A frente do CNS, além das diversas agendas do conselho, Neide vinha participando de encontros pelo país com o objetivo de compartilhar a sua experiência de âmbito

nacional. “É importante fazermos essa aproximação com os estados e municípios. Nosso papel é fundamental para o funcionamento dos conselhos; nós damos encaminhamentos às suas deliberações”, enfatizou ela, avaliando o sentido da representatividade das demandas de todo o país no coletivo de Brasília.

A secretária-executiva deixou três filhos e uma grande rede de amigos e companheiros de militância. “Sua contribuição por uma saúde pública e de qualidade para todos brasileiros e todas as brasileiras continuará reverberando em nossas práticas e desafios em defesa dos direitos da população e do SUS”, afirmaram em nota seus colegas conselheiros por ocasião de sua morte. “Será sempre lembrada como uma mulher firme, que não tinha medo de lutar pelo que acreditava, especialmente com o objetivo de fortalecer a participação social no Brasil”, enfatizou o documento.

CNS contra a Reforma da Previdência

Ato em defesa do SUS marcou repúdio à votação do 2º turno da PEC 06/19 na Câmara dos Deputados



A proposta de Reforma da Previdência Social compromete diretamente a saúde de todos os brasileiros e brasileiras, conforme definiu a moção de repúdio e recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre o tema. O tema esteve nos principais debates e mobilizações da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), realizada entre 4 a 7 de agosto, em Brasília.

O tema tem sido objeto de constante apreciação e discussão pelos conselheiros e conselheiras de saúde, além de acadêmicos(as), gestores(as), usuários(as) e trabalhadores(as) do SUS Brasil afora. Em 15 de março, o plenário do CNS aprovou a Recomendação nº10. O documento recomendou ao Congresso Nacional a interrupção dos debates da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019 por seu conteúdo e forma, convocando a realização de uma ampla discussão com a sociedade.

No entanto, os deputados federais aprovaram o texto-base da PEC 06/2019 em primeiro turno dia 10 de julho. Novamente, o CNS voltou a se posicionar contrariamente à reforma por meio de uma moção de repúdio na qual denuncia o alto potencial de ampliação das desigualdades sociais e retrocessos que virão com o novo modelo previdenciário proposto. As possíveis mudanças desconsideram os interesses e direitos conferidos pela Constituição Federal de 1988.

“O conjunto da Seguridade Social só funciona como um sistema integrado que reúne saúde, assistência e previdência. A ausência de um direito interfere diretamente nos demais”, disse Elaine Pelaez, conselheira nacional de saúde, integrante da mesa diretora do CNS e dirigente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Para ela, o direito à saúde e as lutas sociais são diretamente artu-

lados com o acesso aos benefícios previdenciários, como as aposentadorias dos(as) trabalhadores(as) rurais e urbanos(as), pensões e o benefício de prestação continuada (BPC), assuntos debatidos nas etapas municipais, estaduais, distrital e livres. O tema esteve presente nos grupos e mesas da etapa nacional.

“Essa reforma restringe direitos, obstaculiza a aposentadoria e a proteção social de grande parte da população brasileira, principalmente daqueles trabalhadores que têm dificuldade de se manter por anos no mercado de trabalho e sofrem pelas situações de subemprego e desemprego. Por isso, a luta central do controle social brasileiro é barrar essa Reforma”, destacou a conselheira.

Mesa 01

“A 8ª Conferência ousou demonstrar que saúde é direito de todos”, afirmou o professor da UFRJ Elias Merhy

“Saúde como Direito” foi o tema da primeira mesa de debate da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), que aconteceu de 4 a 7 de agosto, em Brasília. A mesa foi formada pelo professor titular de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Emerson Elias Merly, pela quilombola líder da comunidade Serra da Guia, em Poço Redondo (SE), Josefa da Guia e pela deputada federal, Jandira Feghali.

O professor titular da UFRJ, Emerson Elias Merhy discorreu sobre sua experiência com a ditadura militar no Brasil, o que resultou em um sentimento de luta constante contra a desigualdade. Para ele, a 8ª Conferência Nacional da Saúde, em 1986, “possibilitou a construção de um novo ideal, mudou a história dos brasileiros, ousou ao demonstrar que a saúde é um direito de qualquer um”.

A 16ª Conferência trouxe como

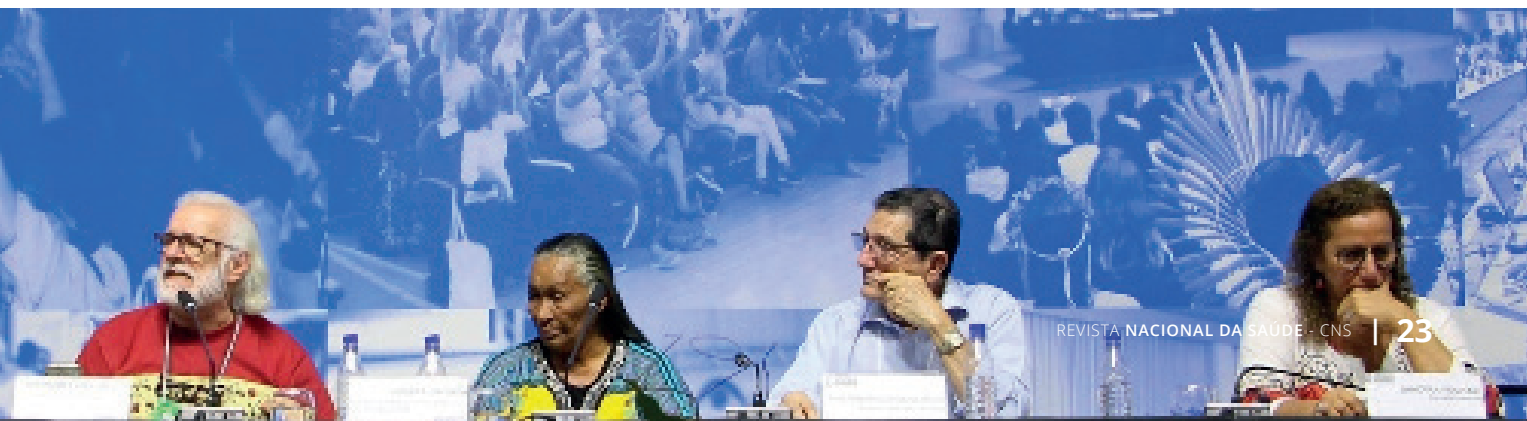
tema central “Democracia e Saúde”. Para Elias, a democracia só se torna possível com a construção da saúde e da educação sem discriminação, para todos: “a democracia e saúde, a ideia da 8ª + 8, é a produção de uma pauta em comum: democracia, direito e saúde, nosso oxigênio para viver”, finalizou o professor.

Josefa da Guia trabalha há 55 anos como parteira e afirma que “a saúde como direito traz paz e força a todas as pessoas”. Segundo ela, a democracia ensina sobre a coragem para as mudanças e a necessidade de fortalecimento do projeto do SUS. Ao compartilhar sua experiência no trabalho como parteira, abordou que a melhoria do SUS só será possível diante do esforço coletivo, a partir dos estudos e do respeito a vida de todos.

A deputada federal, Jandira Feghali perguntou à plenária. “Como falar de democracia com esse clima político? Isso é adoecer de Bra-

sil”. Para ela, a saúde mental está diminuindo por causa do medo e da realidade atual. “É preciso passar essa fase: covardia se enfrenta com coragem. A expressão da 16ª Conferência é que a saúde está na nossa mão”.

Jandira Feghali lembrou da importante conquista dos brasileiros, que está sendo “quebrada com a reforma da previdência”, a lei nº 8.142/1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela lembrou que é necessário enfrentar o limite constitucional para gastos da saúde e da educação, impostos pela Emenda Constitucional 95/2016. “Não devemos permitir a quebra desse orçamento”. A mesa foi mediada pelo conselheiro nacional de saúde representante do Ministério da Saúde, Neilton Araújo.



Resgate de princípios do SUS é necessário para sua consolidação, concluem convidados da 16ª Conferência

A Consolidação do SUS é formada por princípios básicos do SUS, a exemplo da Universalidade, onde a saúde é entendida como um direito

Passados 33 anos e oito conferências desde 1986, a consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) foi o tema da 2ª mesa de debates da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8). As discussões, que resgataram o que diz a Lei nº 8080/1990 e a Constituição de 1988, aconteceram no dia 5 de agosto, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília.

A Consolidação do SUS é formada por princípios básicos do SUS, a exemplo da Universalidade, onde a saúde é entendida como um direito de cidadania e cabe ao Estado assegurar isto; a Equidade, onde as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas; a Integralidade, que considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades; a Participação Social, onde é necessário que o Estado acolha a vontade popular a partir do controle social e das conferências, dentre outros princípios.

Moysés Toniollo, conselheiro nacional de saúde representante da Articulação Nacional de Luta Contra a Aids (An aids), conduziu os trabalhos da atividade, que reuniu Jussara Cony, farmacêutica e militante da Reforma Sanitária Brasileira; Alcindo Ferla, professor da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG); e Maria do Socorro, primeira mulher representante dos usuários a presidir o Conselho Nacional de Saúde (CNS) na gestão 2012-2015.

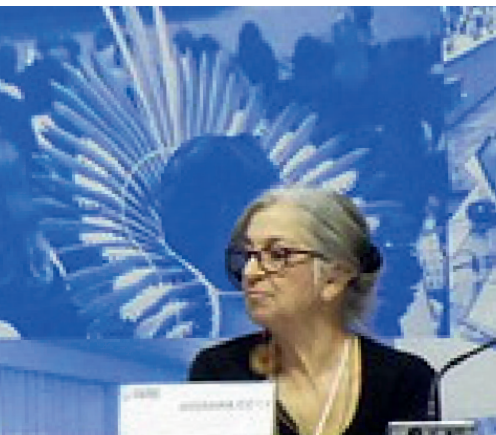
Jussara Cony fez uma análise sobre o período em que a história recente do Brasil vem atravessando. “A gente se vê novamente na encruzilhada entre a civilização e a barbárie”. Ela resgatou nomes de ativistas como Sérgio Arouca, Elias Jorge, Gilson Carvalho e David Capistrano, lideranças históricas que, com unidade e amplitude, souberam articular e formatar os princípios do SUS. Ela acredita que essas



“

A 8ª Conferência Nacional de Saúde aconteceu não porque estava tudo bom, mas porque havia uma necessidade muito grande de mudanças. Isso inclui a ideia de que o SUS é mais do que uma política de Estado, mas também um projeto civilizatório”

Alcindo Ferla
Médico



são qualidades novamente necessárias no atual cenário.

Para ela, “combater as formas de privatização e defender a qualidade de vida do povo brasileiro como elemento fundante do SUS” é fundamental. Jussara também destacou que a participação popular e o controle social conseguem garantir que o Estado não se afaste das políticas sociais.

Ao final, apontou pontos centrais para que movimentos sociais, junto ao CNS promovam a consolidação do SUS: priorizar investimentos na Atenção Básica, que garantem a integralidade para o conjunto do território; investimento no controle social; construção polos de produção de pesquisas em saúde voltadas para o SUS e pontos de cultura da saúde, além de radicalizar na defesa dos princípios das leis orgânicas do SUS (Lei nº 8.080/90 e nº 8.142/90). “A 8ª Conferência Nacional de Saúde aconteceu não porque

estava tudo bom, mas porque havia uma necessidade muito grande de mudanças. Isso inclui a ideia de que o SUS é mais do que uma política de Estado, mas também um projeto civilizatório”, disse Alcindo Ferla, rememorando sua participação na 8ª Conferência, em 1986, ainda como estudante de medicina.

Coordenador da pesquisa “Saúde e democracia: estudos integrados sobre participação social na 16ª Conferência Nacional de Saúde”, Alcindo reforçou uma visão estratégica da saúde enquanto exercício do observatório social. Ao destacar os princípios do SUS para os próximos anos, problematizou que atualmente “a cobertura universal ainda não garante o acesso de todos e todas de forma equânime e nem a integralidade da atenção. Mantém a lógica da saúde como negócio, visando lucro e garantia de expansão dos interesses privados”.

Disputar o imaginário popular

Maria do Socorro foi enfática ao defender a ideia de que saúde e democracia se fazem respeitando o povo. “Foi muito acertada a decisão do CNS em retomar a mensagem da 8ª e atualizá-la para a atual conjuntura brasileira. É voltar ao imaginário das pessoas de que a luta é necessária e se faz democracia com capacidade de unidade e compromisso em abrir as portas para que muitos pudessem vir pela primeira vez a uma conferência”.

Para Socorro, o grande sucesso da 8ª Conferência foi a capacidade de juntar quem produzia saúde, ciência e conhecimento com quem fazia a luta social nos mais diversos espaços da sociedade, como a

favela, os assentamentos e as comunidades. “Fomos para a 8ª Conferência dizer que o Estado tinha de garantir direitos universais e juntar esses vários sujeitos para pensar o Brasil a partir de valores e sonhos”.

Do cenário recessivo, inflacionário e ainda com marcas da ditadura nos anos 1980, a pesquisadora vê diversas semelhanças com o momento atual. “A grande pactuação foi construir um Estado democrático de direito e laico para enfrentar o patriarcado e o autoritarismo. Hoje vemos isso novamente quando recebemos spray de pimenta e gás lacrimogêneo ao falarmos no Congresso contra a Reforma da Previdência”.



Mesa 03

“A EC 95/2016 precisa ser declarada inconstitucional”, diz procuradora Élide Graziane

Durante a mesa sobre financiamento do SUS, realizada na 16ª Conferência Nacional de Saúde, a procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo defendeu inconstitucionalidade

A terceira e última mesa de debate da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8) produziu uma intensa discussão sobre os efeitos do desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) na vida da população brasileira, no dia (05/08). O momento também foi marcado pelo compromisso público assumido pelo governo federal com os resultados do evento, sobretudo os encaminhamentos da plenária deliberativa realizada no dia 7 de agosto, último dia de conferência.

Sob o eixo “Financiamento adequado e suficiente para o SUS”, a mesa foi composta pela procurado-

ra do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élide Graziane Pinto, o conselheiro nacional de saúde e coordenador da Comissão Intersectorial de Orçamento e Financiamento (Cofin), André Luiz de Oliveira, o ex-presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e coordenador do “Saúde+10”, Ronald dos Santos, e o subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, Arionaldo Bonfim Rosendo. A mediação do debate ficou a cargo da conselheira nacional de saúde e representante da União Brasileira de Mulheres (UBM), Vanja dos Santos.

Desfinanciamento e concentração de renda

Tema central para a viabilização do SUS, o financiamento de suas ações já estava presente nos eixos da histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986. Ronald Santos destacou os dispositivos que foram construídos desde então para a sua efetivação, como a própria Constituição, a Lei nº 8080/1990, a Emenda Constitucional (EC) 29/2000, a Lei Complementar 141/2012. “Não precisamos inventar a roda, nós já temos há mais de 20 anos as diretrizes tanto assistenciais como gerenciais do SUS que precisam ser defendidas e financiadas”, argumentou, lembrando que a responsabilidade pelo financiamento do SUS deveria ser uma relação de direito e não de consumo.

Santos chamou a atenção para o agravamento da concentração de renda, que amplia a desigualdade social e promove o desfinanciamento de políticas sociais, de um lado, enquanto os bancos e outros representantes do grande capital aumentam seus lucros, de outro. “A concentração de riqueza no Brasil é a mãe da morte, da violência e da intolerância”, alertou.

Nesse cenário, a avaliação do CNS de que houve uma transição do subfinanciamento do SUS para um processo de desfinanciamento foi referendada pela maior parte da mesa. Em sua fala, o coordenador da Cofin André Luiz de Oliveira explicou que, se nos últimos 30 anos havia uma asfixia orçamentária, mais recentemente está sendo realizada a retirada de recursos do SUS. O marco desta mudança foi a EC 95/2016, que congelou em 20 anos o orçamento da Saúde e da Educação. “Só esqueceram de com-

binar com a população de parar de crescer”, provocou Oliveira.

Muito com pouco

A exposição do Arinaldo Rosendo marcou uma divergência na mesa em relação à interpretação do cenário. Para o técnico do Ministério da Saúde (MS), é preciso fazer “o máximo que podemos com os recursos que temos”. Ele expressou a preocupação de sua equipe em alcançar as pessoas que ainda não chegam ao sistema público de Saúde.

Para André Luiz de Oliveira e Ronald Santos, no entanto, o SUS já faz muito com o pouco que lhe é destinado. Santos defendeu que a produção do sistema é incomparável. Oliveira destacou ações que são referências mundiais como o Programa Nacional de Imunização, a assistência farmacêutica e os transplantes. Apresentando dados de 2019 do Datasus sobre a produção ambulatorial e hospitalar, o conselheiro colocou em evidência a razão entre o financiamento e a produção do SUS, defendendo sua enorme eficiência. “A cada segundo, o SUS realiza 116 procedimentos! E faz tudo isso ao custo de R\$ 3,60 por dia por pessoa”, informou.

Inconstitucionalidade da EC 95

“A Constituição não cabe no orçamento ou é o orçamento que só é legítimo se for aderente à Constituição?”. Esta foi uma das reflexões que a procuradora Élide Graziane Pinto buscou realizar com a intenção de instrumentalizar o público para a disputa e o controle da destinação das receitas do Estado. À luz dessa perspectiva, a avaliação de Pinto sobre a EC 95 é clara: “Eu não pretendo a revogação da emenda

95 porque ela é inconstitucional. Ela precisa ser declarada inconstitucional, especificamente no que se refere ao congelamento da Saúde e da Educação. É inconcebível revogar o direito à saúde e da mesma forma o piso da saúde é irrevogável”.

Lembrando que se aproxima a data de um leilão do pré-sal e que uma parte de seu recurso deve ser destinada ao SUS, ela defendeu ainda que é preciso “controlar até que ponto não haverá mudanças de estatuto jurídico encaminhamento deste recurso para outras finalidades”.

Plano Nacional de Saúde

As provocações colocadas pela mesa estimularam os delegados e delegadas que participam da 16ª Conferência a realizar dezenas de intervenções. O subsecretário do MS reconheceu a importância das manifestações: “A gente só cresce fazendo o que vocês estão fazendo aqui junto conosco hoje: debatendo, ouvindo e apresentando o contraditório”, afirmou.

Diante do público, Rosendo garantiu que o documento final da 16ª Conferência será referência para o Plano Nacional de Saúde. “A subsecretaria de planejamento e orçamento é a unidade do Ministério da Saúde responsável pela construção do Plano, e ele vai ser construído a partir dos relatórios extraídos da 16ª Conferência Nacional de Saúde”, informou o subsecretário em sua despedida. O Plano Nacional de Saúde é o instrumento central de planejamento da saúde pública e é organizado sempre em um conjunto de quatro anos, sendo o próximo período referente aos anos de 2020 a 2023.



Bastidores da 16^a Conferência

Saiba mais sobre
alguns personagens dos
bastidores e os números que
construíram a 16^a Conferência
Nacional de Saúde (8^a+8)

Fernanda Guedes percorreu os quase 2,5 mil quilômetros que separam Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, de Brasília em duas etapas: primeiro de ônibus até a capital gaúcha e depois de avião. Dez horas de percurso a entregaram ao maior evento de participação social do Brasil. No fim da manhã de domingo (04/08), Fernanda iniciava sua primeira grande experiência como jornalista, integrando a equipe de comunicação colaborativa do evento. A jovem, de 22 anos, é uma das centenas de pessoas que tornaram possível a 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8): profissionais que trabalharam na comunicação, atendimento de urgência, práticas integrativas, alimentação, limpeza, segurança, pesquisa, credenciamento e relatoria.

O processo de credenciamento começou muito antes do momento da chegada dos participantes à etapa nacional da conferência: a partir do momento da eleição dos delegados e delegadas de cada etapa anterior, foi criada uma plataforma de pré-inscrição, cujos dados foram checados e validados por uma equipe. É o que explica a assessora técnica do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Maria Eugenia Cury. “No momento do credenciamento os participantes foram distribuídos nos 45 grupos de trabalho, buscando uma paridade entre delegados usuários, gestores e trabalhadores”, informa. Para a resolução de problemas durante o credenciamento no evento, foi montada ainda uma sala de soluções.

Além da equipe de apoio, inte-

grantes da comissão organizadora e pessoal contratado, a equipe foi coordenada pela secretária executiva do CNS, Ana Carolina Dantas Souza, e pelo secretário adjunto Marco Aurélio Pereira.

O credenciamento presencial registrou um total de 5.457 participantes, sendo 3.026 delegados(as), 871 convidados(as), 22 participantes de conferências livres, 1.020 participantes de atividades autogestionadas, 115 integrantes do apoio, 107 profissionais de imprensa, 45 membros da organização, 103 pesquisadores, 79 integrantes da relatoria e 69 acompanhantes.

“Trabalhamos para que todos pudessem retornar para casa com esse dever cumprido de defesa do SUS e da democracia. Construímos uma 16ª Conferência Nacional de Saúde”, completa Maria Eugenia.

Foram mais de três mil conferências preparatórias, em todos os estados brasileiros, que resultaram em 331 propostas e 31 diretrizes a serem debatidas na etapa nacional. Esse material foi consolidado pela Comissão de Relatoria e discutido, avaliado e alterado em 45 grupos de trabalho durante a conferência, resultando em um Relatório Final com 31 diretrizes e 329 propostas aprovadas.

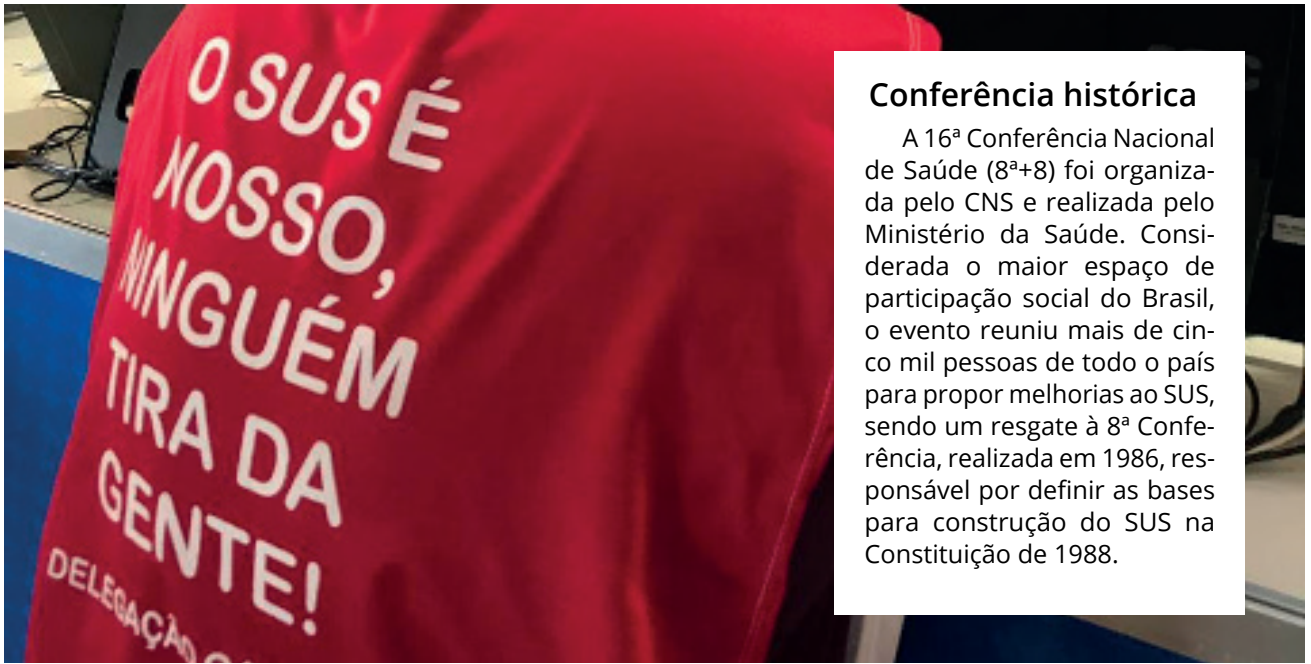
Nos corredores do evento, delegados(as) também recolheram assinaturas que resultaram na inscrição de dezenas de moções, entre as quais 56 foram aprovadas na plenária deliberativa. As moções marcam o posicionamento do evento em relação a diversos temas ligados à saúde. Entre eles, garantia de di-

reitos, medicamentos, assistências integrais, financiamento adequado e fortalecimento do SUS. Para a coordenadora da Comissão de Relatoria da 16ª Conferência, Francisca Rêgo, as moções “buscam tornar o SUS mais forte e reiteram a garantia dos direitos constitucionais”.

E o envolvimento democrático dos participantes da 16ª Conferência não se deu apenas no processo deliberativo: 49 apresentações culturais foram realizadas na Tenda Paulo Freire SUS EmCena e 31 atividades autogestionadas movimentaram o pavilhão de eventos do Parque Sarah Kubitschek.

Composta por 110 trabalhadores que cozinham, serviram e limparam os materiais da área da alimentação, a equipe da cozinha transformou 45 toneladas de alimentos e 16 mil litros de suco natural em mais de 50 mil refeições e lanches nos quatro dias de evento. Um desses trabalhadores é Ricardo Teodoro, o chefe de cozinha da equipe. “Nos bastidores acompanhamos as discussões e divergências políticas que acontecem às vezes e ficamos felizes de ver que as pessoas se reúnem na hora das refeições. A comida ajuda as pessoas a se entender na política”, brinca o profissional, para quem a conferência não era desconhecida, já que ele também trabalhou na 15ª edição do evento quando era um dos cozinheiros da equipe.

O coordenador deste serviço prestado, Reiner Lopes, explica que os lanches que não foram retirados pelos participantes foram encaminhados para quatro instituições de



Conferência histórica

A 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8) foi organizada pelo CNS e realizada pelo Ministério da Saúde. Considerada o maior espaço de participação social do Brasil, o evento reuniu mais de cinco mil pessoas de todo o país para propor melhorias ao SUS, sendo um resgate à 8ª Conferência, realizada em 1986, responsável por definir as bases para construção do SUS na Constituição de 1988.

assistência social, beneficiando três mil pessoas. Dois espaços foram integralmente dedicados à assistência e às práticas de cuidados: o posto de urgência e emergência e o Espaço de Cuidados Neide Rodrigues. No posto, trabalharam 11 profissionais de saúde, entre médicos(as), enfermeiros(as), técnicos(as) de enfermagem e condutores, contando com três ambulâncias, sendo uma de suporte básico do SUS e duas UTIs móveis, equipadas para qualquer situação de emergência. Nos quatro dias de evento, o número total de atendimentos realizados no posto de urgência e emergência foi de 326. Nenhum caso grave, todos devidamente assistidos e/ou encaminhados.

O Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde (Episus) também desenvolveu um trabalho junto ao posto. “Dez profissionais realizaram o monitoramento dos atendimentos de saúde para descrever as causas de atendimento e identificar oportunamente doenças que possam ser de preocupação para a saúde pública”, informou a assessora técnica do CNS Éveni Mei-

reles Santos. Uma equipe de oito bombeiros civis também circulava pelo pavilhão de eventos que recebeu a conferência, acompanhando os participantes para eventuais assistências, encaminhando casos para o posto de urgência e fiscalizando a estrutura do evento, que teve seus extintores, hidrantes e outros critérios técnicos de segurança averiguados antes do início dos trabalhos.

Já o Espaço de Cuidados Neide Rodrigues atendeu mais de 2 mil pessoas. As práticas integrativas oferecidas no local envolveram terapia comunitária, roda de conversa sobre óleos essenciais, reiki, auriculoterapia, massoterapia, aromaterapia, naturologia, reflexologia, quiropraxia, reza, pajelança, benzedura, homeopatia, tai chi chuan, TRE (técnica de redução de estresse), johrei e outras práticas.

Para a jornalista Fernanda Guedes, a personagem sobre a qual falamos no princípio desta matéria, a experiência com os bastidores de um evento do controle social do SUS foi transformadora. “Muda completamente a forma como a gente olha o SUS, eu tive uma ex-

periência com o atendimento do SUS aqui em Brasília e já olhei com outra visão o trabalho dos profissionais e os usuários que estavam ali”, conta a jovem de 22 anos que produziu material para o Instagram do Conselho.

Como ela, dezenas de comunicadores ativistas colaboraram com a Assessoria de Comunicação do CNS, coordenada pela jornalista Laura Fernandes, para a cobertura do evento. O grupo produziu mais de 40 matérias relacionadas à 16ª Conferência, antes e durante o evento, para o portal SUSconecta, além de centenas de fotos, vídeos e posts para plataformas do Facebook, Flickr, YouTube e Instagram.

Impulsionada pela campanha da Associação Brasileira Superando o Lúpus e parceiros, que apresentaram com tablets as cinco pessoas que mais marcaram a hashtag #16CNS em publicações, essa hashtag movimentou a internet com 530 posts, de 110 usuários das redes, gerando 14,2 mil engajamentos, alcançando 951,3 mil pessoas, com um total de 6,8 milhões de visualizações, até o final da manhã do dia 7 de agosto.



Movimentos LGBTI+ unificam posicionamentos e reafirmam a defesa do SUS



Se na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, o mundo ainda engatinhava na compreensão dos direitos das pessoas que vivem com Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) e a questão de gênero sequer existia no debate social, nesta 8ª+8 a diversidade foi uma de suas marcas.

Durante os quatro dias da 16ª Conferência Nacional de Saúde, realizada de 4 a 7 de agosto, em Brasília, mais de 45 entidades do segmento de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e outras identidades de gênero puderam se conhecer melhor, unificando posicionamentos e reafirmando a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

O reconhecimento dos direitos desta população, que exige respeito a seus corpos e identidades e quer que cada indivíduo seja tratado como uma pessoa inteira, com acesso integral às ações e serviços de saúde, esteve entre os destaques das discussões realizadas no evento.

O fato de não ter havido na programação oficial uma atividade própria fez com que ativistas e militantes se encontrassem por duas vezes em uma plenária informal. “Não estava [a atividade] programada, mas identificamos a necessidade de nos reunirmos e nos conhecermos” disse a advogada carioca Maria Eduarda Aguiar, mulher transgênero e ativista da Rede Nacional de Mulheres Travestis e Transexuais e Homens Trans Vivendo e Convivendo com o HIV/Aids (RNTTHP).

Entre os pontos debatidos, a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais,

instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, mas que para a maioria ainda não saiu do papel, também foi destaque.

Para Patrícia Perez, estudante universitária, mulher bissexual e ativista do Movimento Paulistano de Luta contra a Aids, apesar das várias diretrizes e de funcionar como política-modelo em alguns poucos espaços, a maioria dos estados e municípios não regulamentou a Política Nacional de Saúde para o segmento. “Só a sensibilização e atenção à população LGBTI+ podem trazer respeito e acabar com a LGBTfobia”.

Na ocasião, os ativistas também definiram a sigla LGBTI+ como padrão para identificar o segmento em todos os documentos futuros, buscando assim dar visibilidade às pessoas intersexo e incluir toda a diversidade de gênero.

Além da participação deste público nas discussões realizadas na plenária da conferência e nos grupos de trabalho, os representantes do movimento LGBTI+ também participaram do ato unificado em defesa do SUS, realizado no dia 05/08, em frente ao Museu Nacional, em Brasília.

“Decidimos por não construir moção, pois entendemos que, na atual conjuntura, é preciso resistência para que as políticas públicas já garantidas possam ser executadas”, afirmou Michele Seixas, assistente social e conselheira nacional de saúde pela Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL). “Nossa pauta é a defesa do SUS, das garantias dos direitos sociais e contra o desmonte e a precarização dos serviços de saúde”, completa.

Diferentes espaços

Gil Santos, homem trans, nordestino e ativista da luta por moradia em São Paulo, iniciou sua forma de organização nos movimentos sem-teto. Quando ele via a luta hegemônica por heterossexuais percebia a necessidade de novas estruturas. “Não havia discussão sobre sexualidade e sobre a invisibilidade das pessoas trans, justamente as pessoas que mais precisam de casa. Daí, decidi fundar a Associação Morada do Arco-Íris LGBT Brasil, unindo as lutas por moradia, gênero e sexualidade e trabalhando a questão da cidadania e o exercício de direitos” afirmou.

Para Delmiro Freitas, técnico de enfermagem em Boa Vista (RR), homem gay e conselheiro nacional de saúde pela Articulação Brasileira dos Gays (Artgay), a luta do segmento LGBTI+ precisa combinar tanto as questões específicas como as mais gerais.

“Estamos aqui para debater o que propicia o engajamento de homens e mulheres em torno da Política Nacional da Saúde das pessoas LGBTI+. Isso passa desde a Atenção Básica, que precisa nos identificar melhor para dar seguimento às ações de saúde do homem”, afirma Freitas. “É preciso ainda proporcionar um olhar humanizado e dedicado às mulheres lésbicas dentro das ações de saúde da mulher, garantir os ambulatórios trans e, acima de tudo, respeitar a diversidade da pessoa humana” completa.

FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE



Frente nacional reafirma luta contra privatização da saúde

Com histórico de lutas desde sua criação, em 2009, a Frente reuniu representantes dos principais movimentos em defesa do SUS

A Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) realizou no dia 06/07, em Brasília, atividade autogestionada na 16ª Conferência Nacional da Saúde (8ª+8). Com histórico de lutas desde sua criação, em 2009, a Frente reuniu representantes dos principais movimentos em favor do Sistema Único da Saúde (SUS) 100% público, estatal e gratuito.

Composta por entidades de fóruns de saúde, movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos e partidos político, a FNCPS preparou nota que foi amplamente distribuída entre os participantes da 16ª Conferência, chamando atenção para o momento desafiador para organização da resistência em defesa não só do SUS, mas dos direitos sociais em geral. O documento apresenta sugestões para os três eixos da Conferência.

Ao longo da atividade autogestionada, representantes de trabalhadores da saúde de diversos estados brasileiros relataram suas experiências e dificuldades vividas no momento atual, dentre eles o decreto nº 9.759/2019, que extinguiu os conselhos de representação popular.

A reafirmação da luta contra a privatização da saúde, através da organização local, nos estados e municípios, por meio da articulação entre as entidades do movimento social foi recomendada aos participantes. A próxima atividade da FNCPS já está marcada para o período de 29/11 a 01/12, em João Pessoa (PB) com a realização do XI Seminário com o tema “Os desafios para a classe trabalhadora diante do desmonte da Seguridade Social”.

A 16^a Conferência Nacional de Saúde
entrou para a história.
E você também!



Agora você faz parte da #MemóriaSUS



Confira as fotos e vídeos da 16^a CNS:
www.conselho.saude.gov.br/16cns/